

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.389 - RS (2017/0279144-0)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**RECORRENTE** : LEONIDAS MAIA ALBUQUERQUE  
**ADVOGADO** : LEONIDAS CABRAL ALBUQUERQUE E OUTRO(S) -  
RS0021994  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : NELSON PILLA FILHO - RS041666  
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441  
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI E OUTRO(S) - RS060292

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA FUNGÍVEL PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO ADMINISTRATIVO. INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. Prazo prescricional que não corre, enquanto o processo estiver arquivado administrativamente. Desídia ou desinteresse do credor não comprovados. Necessidade de intimação pessoal para restar configurada a desídia da exequente, inócurrenente no caso em tela. Precedentes do TJRS e do STJ. Interlocutória mantida. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

A parte recorrente alega violação ao art. 921, § 4º, do Código de Processo Civil/2015, sob o fundamento de que deveria ser reconhecida a prescrição intercorrente em razão da inércia da parte exequente por período superior a seis anos.

Suscita, ainda, divergência jurisprudencial.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 124-131), pugnando pela manutenção da decisão combatida.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Corte de origem afastou a prescrição intercorrente no presente caso ante a ausência de intimação do credor para dar andamento ao feito. Veja-se (e-STJ, fls. 142 e 144/145):

O prazo prescricional não corre se o processo estiver arquivado

administrativamente, mas somente a partir do momento em que comprovada a desídia do credor.

Esta, por sua vez, somente é demonstrada se, intimado pessoalmente o credor para dar andamento ao feito, permanecer inerte.

Com efeito, a jurisprudência é pacífica no sentido de obstaculizar o reconhecimento da prescrição se o credor não for intimado para dar andamento ao feito.

[...]

No caso dos autos, pelo que se observa da ação de execução (fl. 74), em 10/05/2010 foi ordenado o arquivamento do feito.

Em 30/03/2016, sobreveio petição do executado de desarquivamento da execução (fl. 78) e, em 20 de maio do corrente, petição com pedido de reconhecimento da prescrição intercorrente (fls. 83/86), sem que tivesse ocorrido, naquele período, a intimação pessoal do credor para dar andamento à execução.

A intimação da exequente, por nota de expediente, acerca do pedido de reconhecimento da prescrição intercorrente formulado pelo executado (fls. 93/94), não está por suprir o requisito da intimação pessoal acima apontado.

Neste contexto, onde não houve a intimação pessoal do credor para que promovesse o andamento do processo, sob pena de extinção, conforme o § 1º, do art. 485, do NCPC, não há razão para o reconhecimento da prescrição, tampouco para o cancelamento das penhoras.

Sobre o tema, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça evoluiu (em recente julgamento) para passar a entender que, na vigência do CPC de 1973, a prescrição intercorrente tem início após o prazo judicial fixado de suspensão do feito ou, não havendo fixação, em um ano após seu arquivamento. Não é mais necessária, assim, para o início do prazo prescricional da pretensão executiva, a prévia intimação do exequente para dar andamento ao processo. Não obstante, em homenagem ao contraditório e à ampla defesa, é necessária a intimação do exequente, na pessoa de seu advogado, oportunizando-lhe se manifestar quanto à configuração da prescrição ("apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição"). Veja-se:

RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO

EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes:

1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1604412/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2018, DJe 22/8/2018)

Assim, verifico que o acórdão recorrido, no aspecto em que reconhece ser indispensável "a intimação pessoal do credor para dar andamento à execução", não está ajustado à jurisprudência do STJ, acima demonstrada, razão pela qual imperiosa se faz sua reforma.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para declarar a prescrição intercorrente ao caso concreto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

